

Notas e Registro

Boletim Estatísticas Públicas • n. 5 • Salvador, novembro 2009

Agenda do Trabalho Decente avança

Laís Abramo

Laís Abramo é a Diretora do Escritório da OIT no Brasil.

O Brasil está dando importantes passos no avanço da Agenda do Trabalho Decente, iniciativa que há dez anos é o principal compromisso da Organização Internacional do Trabalho (OIT) para fazer frente à crise mundial do emprego e à necessidade de promoção de uma globalização mais justa e equitativa.

Em junho deste ano, a delegação brasileira presente à 98ª Reunião da Conferência Internacional do Trabalho, realizada em Genebra, formada por representantes do governo, organizações de empregadores e trabalhadores, expressou o seu compromisso com os resultados do Plano Nacional de Trabalho Decente, articulados em torno a três prioridades: gerar mais e melhores empregos com igualdade e oportunidades e de tratamento; erradicar o trabalho escravo e o trabalho infantil, especialmente em suas piores formas; e fortalecer o tripartismo e o diálogo social como instrumento de governabilidade democrática.

Ao mesmo tempo, em uma experiência inédita em nível mundial, estados e municípios brasileiros começam a estruturar suas próprias Agendas de Trabalho Decente. A experiência pioneira da Agenda Bahia do Trabalho Decente já está completando dois anos.

O Estado de Mato Grosso segue no mesmo caminho, tendo realizado, em abril deste ano, a sua Conferência Estadual de Trabalho Decente. A prefeitura de Belo Horizonte e os municípios do ABC paulista, regiões onde se concentra grande contingente de trabalhadores industriais, também estão avançando nesse sentido.

A OIT chama a atenção para o fato de que, antes da eclosão da crise financeira internacional, já existia uma crise mundial de emprego, resultado de um processo de globalização não equitativo, que produziu 200 milhões de desempregados e uma situação na qual metade dos trabalhadores do mundo era pobre (isto é, vivia com menos de 2 dólares por dia) e 20 por cento extremamente pobre (vivia com menos de 1 dólar por dia).

Com a adoção do seu Plano Nacional de Trabalho Decente, o Brasil poderá demonstrar, mais uma vez, o seu compromisso com a proteção da economia real, dos empregos e da renda de trabalhadores e trabalhadoras, além de ressaltar a importância do Estado e das políticas públicas como meio de superar os efeitos da crise econômica internacional.